

Editorial Rebeh V.5 N.18 (2022)

“Um novo tempo, apesar dos perigos”: enfrentar o facismo para reconstruir a democracia

Maria Clara Araújo dos Passos (USP)¹

Milena Carlos Lacerda (UFT)²

Bruna Andrade Irineu (UFMT)³

Alexandre Bortolini (UFRJ)⁴

A coprodução de conhecimento sobre gênero, raça, etnia e sexualidade pelos campos do ativismo e da academia tem sido fundamental para a disputa de sentidos e imaginário social em torno da diversidade e das diferenças no Brasil. Elaborar dados, produzir indicadores, estabelecer diretrizes políticas, monitorar pactuações e garantir fomento para ações efetivas são caminhos comuns trilhado por esses campos no percurso das políticas públicas.

¹ Integrante da Editoria Jr. da REBEH. Bacharel em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica em São Paulo (PUC-SP). Mestranda em Educação (Sociologia da Educação) pela Universidade de São Paulo. Especialista em Estudos Afro-americanos e Caribenhos pela CLACSO/FLACSO, com certificado da *Harvard University*.

² Integrante da Editoria Jr. da REBEH. Assistente Social formada pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

³ Integrante da Editoria Chefe da REBEH. Pesquisadora Produtividade do CNPq. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Assistente Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), onde leciona atualmente no Depto. de Serviço Social, no PPG de Política Social e no PPG de Saúde Coletiva.

⁴ Integrante da Editoria Chefe da REBEH. Doutor em Educação pela USP (Bolsista CAPES). *Visiting Research Scholar no PhD Program in Sociology* da CUNY (*Fulbright Alumni*). Mestre em Educação pela PUC-Rio. Pedagogo e Comunicador Social. Professor Substituto do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Os últimos anos, em nosso país, foram marcados pelo desagendamento governamental da cidadania LGBTQIAP+. Na pesquisa de Nunes (2023), ele aponta que esse processo não se equipara ao ato de não agendar, já que as ocorrências sociais tocantes às pessoas LGBTQIAP+, que foram alvo desse desagendamento continuaram no “fluxo dos problemas”, ainda que objeto de forte constrangimento público no chamado “fluxo do sistema político”, que envolveu as instituições políticas responsáveis pelas decisões oficiais do ente público” (NUNES, 2023, p. 141).

Entre os meses de agosto e novembro de 2022, período eleitoral presidencial no país, pode-se acompanhar as intensas disputas das candidaturas de Lula e Bolsonaro, as demais candidaturas não tiveram nenhuma chance de se aproximar dos dois presidenciáveis. Em relação aos planos de governo, o Observatório das Eleições 2022 – Especial Orgulho LGBTQIAP+, apontou que Lula mencionou a população LGBTQIAP+ em dois trechos no documento com 121 diretrizes distribuído em 34 páginas. Enquanto Bolsonaro, não mencionou nenhuma vez o segmento social, privilegiando em seu plano debates que indicariam a família como centro da vida e instituição sagrada na qual o Estado não deveria interferir.

O período eleitoral foi marcado por tensões e polarizações explicitadas em desentendimentos nas redes sociais, pelas reconfigurações partidárias na busca por apoio no segundo turno, por campanhas para virar voto e pelo evidente uso da máquina pública na tentativa de reeleição de Bolsonaro. Lula venceu, mas os ministros da gestão Bolsonaro conseguiram se eleger a câmara e ao senado. O número de LGBTQIAP+ que se elegeram nos estados e para câmara federal se ampliou. Erika Hilton e Duda Salabert foram eleitas as primeiras deputadas federais trans do Brasil, com votações expressivas em seus estados, São Paulo e Minas Gerais respectivamente.

Já no período de transição governamental, a esperança da retomada democrática do Brasil animou boa parte da esquerda, que comemorou a cada anúncio de nomeação

para composição dos ministérios, ainda que se soubesse que Lula iria indicar áreas para nomeação dos partidos que compuseram sua base aliada.

Para nós da área da educação, especialmente das universidades públicas, que amargamos os últimos anos pós-golpe em Dilma Rousseff, o desejo pela recomposição da política de educação e de ciência e tecnologia, assim como a retomada democrática dos direitos humanos na agenda governamental incluído nisso a garantia de compromisso com a população LGBTQIA+ tem sido a tônica das expectativas em relação ao novo governo.

Paralelamente ao processo eleitoral e de transição, o final do ano de 2022, período o qual essa edição da **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH)** se vincula, também significou conquistas internas para Revista e para Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH). A ABEH passa a ser ABETH, com registro alterado em seu Estatuto. A necessidade de ampliar a gramática conceitual que nosso campo acumulou a partir da transição do nome da associação já vinha sendo uma demanda das últimas cinco (5) gestões da associação, e todo esse processo é contado nesse número (SOLIVA; JESUS; IRINEU, 2022).

A ABETH segue sendo uma entidade sem fins lucrativos, que herda toda história e acúmulo político daquela ABEH fundada em 2001. Prevalece ainda o objetivo de fomentar e realizar intercâmbios e pesquisas sobre a diversidade sexual e de gênero. A ABEH continuará congregando docentes, estudantes de graduação e Pós-Graduação, profissionais, ativistas, pessoas que trabalham com pesquisa e demais interessadas nas temáticas de gênero e sexualidade.

Com a transição da ABEH para ABETH, a revista da associação seguirá nomeada de REBEH, em função dos registros acadêmicos de citação nas bases de indexação. A necessidade de manter sua nomeação envolve o importante fator de avaliação QUALIS CAPES da revista. Recentemente recebemos a avaliação da

quadrienal 2017-2020, onde a REBEH passou a ser avaliada nos extratos superiores, com o *Qualis A2*, o que nos honra profundamente.

Durante esses anos em que a avaliação foi realizada, a revista possuía o envolvimento de poucas pessoas no processo editorial, de revisão e de diagramação, merecendo que se destaque a importância: de Luma Nogueira de Andrade na decisão de criação da REBEH, durante sua gestão como presidente; da editora fundadora Bruna Irineu, na criação e editoração dos números 1 ao 13, que foram objeto da avaliação da quadrienal da CAPES; de Felipe Fernandes no apoio e capacitação para o manuseio do OJS; de Ayrton Senna S. Amaral na Editoria Jr., revisão, diagramação e criação da arte do template produzida com Luciana Marshal; de Rafael Oliveira, Cristina Vianna e Victor Hugo Souza na revisão ortogramatical; de Moisés Lopes no processo de editorial, especialmente na transição do OJS da UNILAB para UFMT, na composição dos DOI e no apoio com os dossiês temáticos especial durante o ano de 2019, 2020 e 2021 de Brendhon Oliveira na Editoria Jr. nos anos de 2020 e 2021; de todas e todos pareceristas que contribuíram para qualificar a REBEH, assim como as coordenadoras e os coordenadores de dossiê especial e as autoras e autores que enviaram seus textos a revista quando ela sequer tinha Qualis.

Desde o número 14 da REBEH, a editoria chefe vem sendo conduzida por Alexandre Bortolini que se soma a Bruna Irineu e a presidenta da associação, Jaqueline Gomes de Jesus. A Editoria Jr. passou a contar com Leonardo Peçanha a partir do número 14, no entanto, entendendo a importância pedagógica desse espaço se iniciou há alguns meses, já na editoração desse número atual, um processo de ampliação dessa editoria, que passaremos a experimentar a partir desse número 18. Como exemplo, o editorial desse número ganha novo formato, ampliado e conjuntural, reunindo na escrita além da editoria chefe, as integrantes da editoria jr. Milena Lacerda e Maria Clara Passos.

A REBEH, mesmo com as mudanças recentes, seguirá como foi pensada desde sua criação, enquanto um periódico alternativo para difusão e divulgação científica da produção de conhecimento sobre diversidade de gênero e sexual, ampliando a visibilidade da associação para além de seus congressos bianuais. Com edições quadrimestrais, contendo seções com distintas características que possibilitam a comunicação de trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores de todos os níveis de formação.

A edição 18 está sendo lançada no contexto de recomposição democrática de uma terra arrasada, após a derrota do expoente do neofascismo tacanho nas eleições presidenciais em 2022 no Brasil. Ao longo dos últimos quatro anos, para além de importantes políticas conquistadas nas administrações anteriores terem sido desmanteladas, também houve a implementação de uma agenda neoconservadora e neoliberal (BIROLI, 2020).

Além dos reflexos dessa gestão autoritária que disputou as morfologias do Estado (TEIXEIRA; BARBOSA, 2022) com o apoio do seu corpo ministerial, em especial do Ministério da Educação, da Economia, da Saúde e da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, temos a atuação do Movimento Bolsonaroista que conta com células neonazistas e masculinistas em todo o país, orquestrando episódios e ameaças contínuas de violência e perseguição nas escolas, em geral planejadas no submundo das redes sociais.

Os ataques à educação e as instituições de ensino fazem parte das guerras sexuais (RUBIN, 2018) e culturais em curso, se apoiando em pânicos morais e políticos (CORRÊA, 2021) por meio da categoria acusatória “ideologia de gênero” e da propaganda alarmista e obscurantista fomentada pelo Movimento Escola Sem Partido contra o pensamento crítico, laico e plural. Para estes, há que se extirpar da sociedade os/as adversários/as, eliminando todas as diversidades, subjetividades e corporalidades

daqueles/as que não correspondem aos moldes binários, cisheterocentrados e tradicionais que evocam “Deus, pátria e família”.

Neste estado de país em frangalhos, refletimos sobre os desafios colocados para a recomposição democrática após as políticas de austeridade, as ameaças de ruptura, a exaltação à ditadura autocrática militar, a propaganda armamentista e antiambientalista, a cultura do ódio e o medo alcançaram uma parcela significativa de brasileiros/as e que impactaram diretamente a (re)existência de mulheres, negros/as e pessoas LGBTIA+.

Por não aceitarem o resultado das eleições presidenciais de 2022, criaram a versão abasileirada do ataque ao Capitólio nos Estados Unidos (EUA). Em 8 de janeiro de 2023 foram promovidos atos antidemocráticos responsáveis pela invasão e depredação do patrimônio público na sede do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal em Brasília, clamando por uma intervenção das forças armadas.

A despeito de uma crise representativa sem Jair Bolsonaro, este movimento de extrema direita segue mobilizando lideranças políticas a nível nacional, estadual e municipal, dando continuidade à aliança familista e neoconservadora que ganhou força e se consolidou no país desde 2010. Ao lado de outros agentes internacionais, seguem impulsionando fluxos transnacionais de desinformação e políticas de ódio alimentadas pelas cruzadas antigênero (PRADO; CORRÊA, 2018).

Ainda nos primeiros dias da presente 57ª Legislatura (2023-2027), um episódio transfóbico na Câmara dos Deputados envolvendo um deputado pertencente a este movimento expôs como há atores no Brasil que também pretendem fazer parte dos ataques globais aos direitos da população trans (TUDOR, 2021). Em matéria publicada na Folha de São Paulo, a jornalista Dani Avelar (2023) identificou uma ofensiva legislativa anti-trans em ascensão nos primeiros três meses de 2023. Protocolados nas esferas federal, estadual e municipal, foram encontrados 69 projetos de lei que buscam cercear os direitos da população trans brasileira.

Ao mesmo tempo, não podemos deixar de visibilizar às organizações, movimentos sociais e lutas pela democracia que culminaram na eleição da chapa Lula e Alckmin, que vem fazendo um trabalho de reconstrução institucional em diálogo com o acúmulo histórico ao lado do campo progressistas. A nova composição do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, a retomada da incorporação de uma perspectiva de gênero no Ministério das Mulheres e a criação dos Ministérios da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas são resultado desse processo de interação – não sem tensões – com a nova administração federal.

Nessa esteira, ainda no primeiro trimestre de governo foi recuperado um importante mecanismo de controle social: o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queers*, Intersexos, Assexuais e Outras (CND - LGBTQIA+), desmobilizado no governo Bolsonaro. Ademais, foram assinados pacotes de leis e medidas para combater as violências de gênero e pela garantia da igualdade racial.

Embora haja certos silêncios que precisam ser rompidos, como no caso das escolas cívico-militares, cabe ressaltar a criminalização do garimpo ilegal e a determinação urgente de socorro humanitário aos indígenas Yanomamis em Roraima por conta da crise sanitária negligenciada por seu antecessor. Além disso, também foi implementada uma tímida política de retirada dos militares, houve o investimento na diplomacia externa e o incentivo às ações para o desarmamento da população. Aos poucos, algumas políticas públicas no campo social tão caras aos setores progressistas estão sendo retomadas. Também temos visto um esforço pela desbolsonarização das instituições e a disputa pelas pautas consideradas legítimas, tais como a economia e a segurança pública.

Apesar da desproporcionalidade da crítica aos 100 dias de governo, que parece ignorar os desafios pós-pandêmicos, a ausência de uma base consolidada no Congresso Nacional e o rastro de destruição deixado pela gestão caquistocrática do governo de Jair

Bolsonaro, seguiremos acompanhando criticamente os trabalhos da nova gestão e combatendo o fascismo em nossas práticas ativistas, acadêmicas e editoriais.

E como nos diz o trecho da música de Ivan Lins, destacada no título desse editorial, “um novo tempo, apesar dos perigos”, pois “estamos crescidos, estamos atentos, estamos mais vivos para nos socorrer”.

Estamos na luta e reconhecer quem está ao nosso lado é fundamental. Então, nessa edição, como em todas da REBEH, tivemos a contribuição imprescindível de pareceristas, que compuseram o Comitê de Avaliação, a quem estendemos nossos profundos agradecimentos.

Abrimos este número com uma entrevista com a Secretária Nacional de Promoção e Defesa das Pessoas LGBTQIA+, Symmy Larrat, em que a ocupante dessa inédita posição fala sobre o momento político atual, o desmonte das políticas de direitos humanos durante o governo Bolsonaro, as ações implementadas durante os primeiros cem dias do novo governo e a reestruturação das políticas de participação social (LARRAT; BORTOLINI, 2022).

Na sequência, apresentamos o **Dossiê Temático “22 anos da ABETH: Memórias e Novos Temas nos Estudos de Gênero”**, organizado pelas pesquisadoras Thiago Barcelos Soliva, Bruna Andrade Irineu e Jaqueline Gomes de Jesus, que reúne seis artigos de pesquisadoras/es distintas áreas de conhecimento e regiões do país, que serão apresentados no texto *Memórias, Transições e Fluxos nos Estudos de Diversidade Sexual e de Gênero: 22 anos da ABETH* (SOLIVA; JESUS; IRINEU, 2022).

Pela temática do dossiê, a capa deste número traz referência à nova logo da ABETH. A diagramação, tanto da capa quanto do corpo da revista, ficou por conta de Carlos André Santos Estumano.

A seção de Tema Livre começa com *Cápsula para o passado: memórias de uma criança bicha*, de Douglas William Oliveira Knop Vicentin, um ensaio sobre memórias

de uma criança bicha, tendo como método a autohistoria-teoria em um processo brincante de escrita.

Na sequência, Daniel Françoli Yago, Nathália de Castro Bárbara e Thiago Moreira Padilha assinam *Os impactos psicológicos em pessoas que vivenciaram o processo de cura gay*, que discute os efeitos que a terapia de conversão sexual, prática proibida, mas ainda recorrente no Brasil, pode ter sobre sujeitos que são submetidos a este processo.

Já em *O brincar profanatório das crianças aborteiras*, María Antonella Barone, Alessandro Rodrigues, Steferson Zanoni Roseiro e Pablo Cardozo Rocon debatem as narrativas possíveis sobre aborto, a partir da perspectiva das crianças.

Em *Corpos Negros, Desejos Brancos: O olhar gay branco sobre homens negros no cinema brasileiro contemporâneo*, Henrique Rodrigues Marques propõe uma reflexão ativa sobre como o desejo gay branco constrói discursos de alteridade e erotização sobre corpos racializados.

Em *Construção estética das pessoas trans em Manaus/AM: Uma revisão sistemática*, Sérgio Antônio Saldanha Rodrigues Tamborini e André Luiz Machado das Neves analisam a literatura existente sobre os circuitos estéticos trans em Manaus, Amazonas.

Já em *“Homens negros amando homens negros”*: militância gay negra dos anos 1980 no Brasil e nos EUA, Watufani M. Poe busca demonstrar como homens gays negros usaram esta década para descobrir o significado do lar para eles e onde podem encontrá-lo, criando espaço para serem plenos e livres com outros homens gays negros, enquanto tentavam acabar com seu silêncio sobre sua sexualidade dentro os espaços da comunidade negra mais ampla.

Em seguida, Maria Vitória Lima de Melo e Fernando da Silva Cardoso trazem o texto *Esfera pública, violência e gênero: o que nos ensinam Dilma Rousseff, Sâmia Bonfim, Benny Briolly sobre a presença de mulheres na política?*, em que discutem

como a participação das mulheres na política é marcada por diversas formas de violência, sobretudo aquelas que questionam a ocupação desses espaços por elas.

Em “*A norma não me comporta*”: narrativas (auto)biográficas de um estudante transmasculino em formação docente, Michel Vincent de Oliveira Sampaio e Yanaêh Vasconcelos Mota partem da produção escrita de cartas, poemas e de uma entrevista narrativa para imergir nas experiências de vida e formação da identidade transmasculina desde suas memórias escolares à sua presença na universidade.

E fechando essa edição, *Não sou homem, não sou mulher, sou travesti!: Big Brother Brasil 2022 – o palco da Lina*, de Ludmilla Carneiro Araujo, Patrícia Ribeiro e Anderson Ferrari, analisa a potencialidade do reality show como artefato cultural promotor de visibilidade de diferentes formas de exercer gênero e sexualidade.

Boa leitura!

Referências

- ARAUJO, Ludmilla Carneiro; RIBEIRO, Patrícia; FERRARI, Anderson. Não sou homem, não sou mulher, sou travesti!: Big Brother Brasil 2022 – o palco da Lina. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p.332-356, 2022.
- AVELAR, Dani. Brasil tem um novo projeto de lei antitrans por dia, e 'efeito Nikolas' preocupa. **Folha de São Paulo**, 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/brasil-tem-um-novo-projeto-de-lei-antitrans-por-dia-e-efeito-nikolas-preocupa.shtml>>. Acesso em 15 abril 2023.
- BARONE, María Antonella; RODRIGUES, Alessandro Rodrigues; ROSEIRO, Steferson Zanoni; ROCON, Pablo Cardozo. O brincar profanatório das crianças aborteiras. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p.188-202, 2022.
- BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; CAMPOS MACHADO, Maria das Dores. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 135-188, 2020.
- CORRÊA, Sonia. Ideologia de gênero: assim surgiu o espantalho. **Outras Palavras**, 2021.
- LARRAT, Symmy; BORTOLINI, Alexandre. Um novo ciclo de políticas públicas LGBTQIA+: Entrevista com a Secretária Nacional Symmy Larrat. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p.12-30, 2022.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo; CORRÊA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 444-448, 2018.
- MARQUES, Henrique Rodrigues. Corpos Negros, Desejos Brancos: O olhar gay branco sobre homens negros no cinema brasileiro contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p.203-236, 2022.

- MELO, Maria Vitória Lima; CARDOSO, Fernando da Silva. Esfera pública, violência e gênero: o que nos ensinam Dilma Rousseff, Sâmia Bonfim, Benny Briolly sobre a presença de mulheres na política?. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p.284-313, 2022.
- NUNES, Lauro Victor. **Imagens de políticas públicas antiLGBTQIA+: representações sociais de ativistas e aliadas sobre dinâmicas de desagendamento governamental**. 2023. 237f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023.
- POE, Watufani M. “Homens negros amando homens negros”: militância gay negra dos anos 1980 no Brasil e nos EUA. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p.252-283, 2022.
- RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- SAMPAIO, Michel Vincent de Oliveira; MOTA, Yanaêh Vasconcelos. “A norma não me comporta”: narrativas (auto)biográficas de um estudante transmasculino em formação docente. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p.314-331, 2022.
- SOLIVA, Thiago Barcelos; JESUS, Jaqueline Gomes; IRINEU, Bruna Andrade. Memórias, Transições e Fluxos nos Estudos de Diversidade Sexual e de Gênero: 22 anos da ABETH. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p.31-40, 2022.
- TAMBORINI, Sérgio Antônio Saldanha Rodrigues; DAS NEVES, André Luiz Machado. Construção estética das pessoas trans em Manaus/AM: Uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p.237-251, 2022.
- TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; BARBOSA, Olívia Alves. A mulher e a família: agendas pentecostais na disputa pela gramática dos direitos humanos. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89-105, 2022.
- TUDOR, Alyosxa. Decolonizing Trans/Gender Studies? Teaching Gender, Race, and Sexuality in Times of the Rise of the Global Right. **Transgender Studies Quarterly**, v. 8, n. 2, p. 238-256, 2021.
- VINCENTIN, Douglas William Oliveira Knop. Cápsula para o passado: memórias de uma criança bicha. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p.148-163, 2022.
- YAGO, Daniel Françoli; BÁRBARA, Nathália de Castro; PADILHA, Thiago Moreira. Os impactos psicológicos em pessoas que vivenciaram o processo de cura gay. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 18, p.164-187, 2022.